

**Boa Hora 3 Geradora de Energia Solar S.A**  
**Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021**

## Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis .....	1
------------------------------------------------------------------------------	---

### **Demonstrações contábeis auditadas**

Balancos patrimoniais .....	3
Demonstrações dos resultados .....	4
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis .....	8



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

## Aos Conselheiros e Diretores da Boa Hora 3 Geradora de Energia Solar S.A. Ouroeste – SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Boa Hora 3 Geradora de Energia Solar S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Boa Hora 3 Geradora de Energia Solar S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

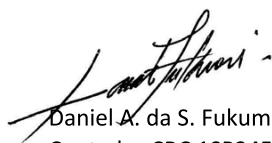
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori  
Contador CRC 1SP245014/O-2

**BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA SOLAR S.A.**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2021	2020		Notas	2021	2020
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	69	69	Fornecedores	8	256	305
Investimentos de curto prazo	4	15.872	13.488	Contas a pagar com partes relacionadas (Passivo de arrendamento)	9	27	23
Contas a receber de clientes	5	1.685	3.161	Dividendos a pagar		-	197
Outras contas a receber		-	665	Tributos a pagar		72	104
Conta de ressarcimento	6	1.742	1.388	Imposto de renda e contribuição social a pagar		231	131
Tributos a recuperar		82	19	Multas contratuais		-	660
Outros ativos		-	24	Taxa de fiscalização ANEEL		7	8
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>19.450</b>	<b>18.814</b>	Outras obrigações	10	780	-
				<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.373</b>	<b>1.428</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Conta de ressarcimento	6	522	523	Contas a pagar com partes relacionadas (Passivo de arrendamento)	9	2.384	2.225
Imobilizado, líquido	7	113.530	117.277	Tributos diferidos	11	266	341
Intangível, líquido		228	247	Provisão para desmobilização	12	4.301	4.226
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>114.280</b>	<b>118.047</b>	<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>6.951</b>	<b>6.792</b>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social subscrito e integralizado		115.538	115.538
				Reserva de capital		2.810	2.810
				Reserva de lucros		7.058	10.293
				<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	13	<b>125.406</b>	<b>128.641</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>133.730</b>	<b>136.861</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>133.730</b>	<b>136.861</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA SOLAR S.A.****DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	<b>Notas</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Receita líquida	<b>14</b>	18.010	17.464
Custo dos serviços prestados	<b>15</b>	(6.941)	(7.094)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>11.069</b>	<b>10.370</b>
Gerais e administrativas	<b>16</b>	(206)	(161)
Outras Receitas (despesas) operacionais		(32)	665
<b>TOTAL DAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(238)</b>	<b>504</b>
Receitas financeiras		712	474
Despesas financeiras		(316)	(261)
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>17</b>	<b>396</b>	<b>213</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>11.227</b>	<b>11.087</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(813)	(507)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		35	(187)
<b>TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	<b>18</b>	<b>(778)</b>	<b>(694)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>10.449</b>	<b>10.393</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA SOLAR S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2021	2020
<b>LUCRO DO EXERCÍCIO</b>	10.449	10.393
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>10.449</b>	<b>10.393</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA SOLAR S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva de Lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
				Reserva de lucros	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>115.538</b>	<b>2.810</b>	<b>-</b>	<b>99</b>	<b>1.407</b>	<b>-</b>	<b>119.854</b>
Delib. Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	(1.407)	-	(1.407)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	10.393	10.393
Constituição da Reserva Legal		-	-	-	519	-	(519)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(199)	(199)
Reserva de investimentos		-	-	667	-	-	(667)	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	9.008	(9.008)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>115.538</b>	<b>2.810</b>	<b>667</b>	<b>618</b>	<b>9.008</b>	<b>-</b>	<b>128.641</b>
Delib. Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	(9.008)	-	(9.008)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	10.449	10.449
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(2.482)	(2.482)
Constituição da Reserva Legal		-	-	-	522	-	(522)	-
Dividendos intermediários		-	-	-	-	-	(2.194)	(2.194)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	5.251	(5.251)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>13</b>	<b>115.538</b>	<b>2.810</b>	<b>667</b>	<b>1.140</b>	<b>5.251</b>	<b>-</b>	<b>125.406</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA SOLAR S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2021	2020
<b><u>Atividades operacionais:</u></b>			
Lucro líquido do exercício		10.449	10.393
<b><u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</u></b>			
Depreciação e amortização	15 e 16	5.077	4.818
Atualização monetária	17	(128)	-
Atualização desmobilização	17	75	-
Juros sobre arrendamentos	9	223	247
Provisão ressarcimento	6	(353)	-
Tributos diferidos	11	(75)	409
Receita aplicação financeira em investimento de curto prazo	17	(584)	(178)
		<b>14.684</b>	<b>15.689</b>
<b><u>Variação de ativos e passivos operacionais:</u></b>			
		<b>3.202</b>	<b>(2.184)</b>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(646)	(439)
Pagamento de juros (encargos de dívidas)		(223)	(216)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		233	27
<b>Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais</b>		<b>(636)</b>	<b>(628)</b>
<b><u>Atividades de investimentos:</u></b>			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	7	(1.311)	(136)
Aplicação em investimentos de curto prazo		(2.033)	(13.399)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(3.344)</b>	<b>(13.535)</b>
<b><u>Atividades de financiamentos:</u></b>			
Dividendos pagos		(13.881)	(1.876)
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	9	(25)	(21)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(13.906)</b>	<b>(1.897)</b>
<b><u>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</u></b>			
		-	(2.555)
No início do exercício		69	2.624
No final do exercício		69	69
<b><u>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</u></b>		<b>-</b>	<b>(2.555)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Boa Hora 3 Geradora de Energia Solar S.A. (“Boa Hora 3” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, constituída em 15 de fevereiro de 2016, tem por objeto social de gerar e comercializar energia solar por meio de painéis fotovoltaicos, incluindo sua implementação e montagem, nos termos do Edital No.09/2015 – ANEEL (Leilão de Energia Reserva – 2º LER de 2015) e do Contrato de Comercialização de Energia a ser celebrado em função do referido leilão.

Sua sede fica localizada na Rodovia Percy Waldir Semeguni (SP 543), Fazenda São José, s/n, lote 03, Zona Sul, CEP 15685-000 - Ouroeste/SP.

A Boa Hora 3 Geradora de Energia Solar S.A. possui uma garantia física de 5,3 MWm de energia contratada por 20 (vinte) anos a R\$ 352,02/MWh (preço inicial contratual) com capacidade instalada de 23 MW.

Parque gerador	Contrato/Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência autorização	Prazo autorização	Ano de conclusão da planta	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
Boa Hora 3	LER 09/2015	169/2016	10/05/2016	09/05/2051	35 anos	2019	23	5,3

Em 31 de dezembro de 2021, a Boa Hora 3 possui 100% de sua energia contratada no ACR (Ambiente de Contratação Regulada), está conforme abaixo:

Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
	Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
8º LER/2015	CCEE	46.555	402,52	nov/2018	nov/2038	IPCA	novembro

A Companhia é diretamente controlada pela AES Brasil Operações S.A. e indiretamente pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

#### 1.1 Impactos do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações contábeis

O mundo ainda vive em cenário de pandemia, ocasionado pela propagação da COVID-19 e tem causado sérios impactos, provocando intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundialmente.

Na controladora da Companhia, no decorrer de 2020 foi criado o Comitê de Gestão de Riscos e Crise, liderado pela Diretoria de Tesouraria e Riscos, com o objetivo de avaliar, monitorar e aplicar todas as medidas necessárias pela garantia da segurança e redução máxima de riscos às pessoas e aos negócios. Nesse sentido, a Companhia mantém o acompanhamento para revisar e modificar seus planos à medida que as condições mudarem.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apurou impactos relevantes nos resultados financeiros e nas operações que possam comprometer a capacidade de seus projetos.

### 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de março de 2022, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

#### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e

aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

## **2.2 Base de preparação e apresentação**

### **Continuidade operacional**

Em 31 de dezembro de 2021, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia e de suas controladas, podendo sofrer alterações.

## **3 POLÍTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS**

---

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

### **3.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração**

A Companhia revisa, no mínimo anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não circulantes ou de longa duração, não serão recuperados através de operações futuras.

### **3.2 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 3.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são:

- (i) arrendamento;
- (ii) desmobilização;
- (iii) valor justo de instrumentos financeiros.

#### Provisões para processos judiciais

Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não há processos judiciais a serem provisionados ou divulgados.

As demais políticas contábeis estão descritas em suas respectivas notas explicativas.

### 3.4 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em, ou após 1º de janeiro de 2021, estão evidenciadas a seguir:

#### • Alterações ao CPC 06 (R2) | Arrendamentos

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada a Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

O CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

## BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento, mensuração e evidenciação: Reforma da taxa de referência de juros – Fase 2

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco.

As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

A segunda fase da reforma não resultou em alterações materiais qualitativas ou quantitativas, uma vez que a Companhia detém uma quantidade limitada e imaterial de passivos e ativos financeiros atrelados a taxas de referências interbancárias.

### 3.5 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Correlação IASB	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	IFRS 10 / IAS 28	Prover orientação para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 27 – Ativo imobilizado	IAS 16	Prover orientação para a contabilização de transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS – Ciclo 2018 - 2020	N/A	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	IAS 37	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	IAS 1	Fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis; e requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	IAS 12	Imposto diferido relacionado à ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8	Introduz a definição de 'estimativa contábeis'	1º de janeiro de 2023
CPC 50 – Contratos de seguros	IFRS 17	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023

Até o momento não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

#### 4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica “Investimentos e curto prazo”.

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

Os investimentos de curto prazo em CDB são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e equivalentes de caixa	69	69
<b>Subtotal</b>	<b>69</b>	<b>69</b>
<u>Investimentos de curto prazo</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
CDB	15.872	13.488
<b>Subtotal</b>	<b>15.872</b>	<b>13.488</b>
<b>Total</b>	<b>15.941</b>	<b>13.557</b>

Em 31 de dezembro de 2021, os investimentos de curto prazo caracterizados por aplicações com vencimento superior a três meses estão representados por operações com CDBs com liquidez diária e rentabilidade média de 97,80% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (95,39% em 31 de dezembro de 2020).

#### 5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo.

O critério utilizado pela Companhia para constituir perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é de análise individual de contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não constituiu PECLD, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores, pois o suprimento de energia é comercializado no mercado regulado.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contratos de energia solares (i)	1.681	1.501
Mercado de curto prazo (ii)	4	1.660
<b>Total</b>	<b>1.685</b>	<b>3.161</b>

- (i) Valor referente à receita fixa de contrato de leilão de energia, com liquidação no mês subsequente.
- (ii) As transações de energia no mercado de curto prazo (SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui saldos

## BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e histórico de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

A abertura do grupo de contas a receber de clientes por vencimento é como segue:

	Saldos vincendos	Saldos vencidos mais de 360 dias	Total
	Contratos de energia solares	1.681	-
Mercado de curto prazo	-	4	4
<b>Total</b>	<b>1.681</b>	<b>4</b>	<b>1.685</b>

As garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e ANEEL, respectivamente. A Companhia não requer garantias adicionais sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo, bem como, sobre os valores a receber relacionados à energia livre.

Após o vencimento, há a incidência de multa de 2% sobre o valor das faturas em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo que sobre o valor total incidirão juros de 1% ao mês.

## 6 CONTA DE RESSARCIMENTO

Conforme estabelecido nos Contratos de Energia de Reserva (LER 2015) celebrados entre a Empresa e a CCEE, ao fim de cada ano contratual serão apuradas as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

O ressarcimento referente à parcela de energia contida na faixa de tolerância de até 10% de geração inferior ao montante de energia contratada, apurado em relação ao ano A, será pago pelo vendedor em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 106% do preço de contrato vigente em A+1, considerados os montantes de energia adquiridos por meio de mecanismo de cessão previsto em contrato.

O ressarcimento apurado por desvios negativos abaixo da faixa de tolerância de 10% de geração, será pago pelo vendedor em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente em A+1.

A parcela de energia referente a desvios positivos contidos na faixa de tolerância de até 15% de geração acima da energia contratada poderá ser (i) repassada para o ano contratual seguinte como crédito de energia; (ii) cedida a outro vendedor do mesmo leilão comprometido com contratação de energia de reserva da mesma fonte e com saldo de energia negativo ou; (iii) objeto de recebimento de receita variável, valorada ao preço de contrato vigente no ano de pagamento e paga em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte.

A receita variável referente a desvios positivos de geração acima da faixa de tolerância de 15% será recebida em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte ao valor de 30% do preço contratual vigente no ano A+1.

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos dos ativos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

## BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2021	2020
Circulante	1.742	1.388
Não circulante	522	523
<b>Total</b>	<b>2.264</b>	<b>1.911</b>

A movimentação dos saldos de ressarcimentos é como segue:

	2019	Provisão	Amortização	2020	Provisão	2021
<b>Circulante</b>						
CCEE	-	1.509	(121)	1.388	354	1.742
<b>Não circulante</b>						
CCEE	-	523	-	523	(1)	522
<b>Total Ativo</b>	<b>-</b>	<b>2.032</b>	<b>(121)</b>	<b>1.911</b>	<b>353</b>	<b>2.264</b>

	2019	Amortização	2020
<b>Circulante</b>			
CCEE	997	(997)	-
<b>Não circulante</b>			
CCEE	6	(6)	-
<b>Total Passivo</b>	<b>1.003</b>	<b>(1.003)</b>	<b>-</b>

Nos exercícios findos em 2021 e 2020 não foram apurados ressarcimentos passivos.

## 7 IMOBILIZADO

A Companhia utiliza critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, respectivamente, desde que aderentes às práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subseqüentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. A Companhia reconheceu ativos de direito de uso de terreno arrendado, com vida útil definida estimada

BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de 25 anos e depreciados a uma taxa real média de 3,33%. Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de autorização, dos dois o menor.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo solar. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

**a) Composição do ativo imobilizado**

	2021			2020	
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo (i)	Depreciação acumulada	Saldos líquidos	Saldos líquidos
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,3%	787	(42)	745	764
Máquinas e equipamentos (i)	4,0%	123.039	(13.550)	109.489	114.391
<b>Imobilizado em serviço</b>		<b>123.826</b>	<b>(13.592)</b>	<b>110.234</b>	<b>115.155</b>
Imobilizado em curso		1.074	-	1.074	-
<b>Bens vinculados às concessões e autorizações</b>		<b>124.900</b>	<b>(13.592)</b>	<b>111.308</b>	<b>115.155</b>
Direito de uso de terreno arrendado	3,3%	2.481	(259)	2.222	2.122
<b>Total</b>		<b>127.381</b>	<b>(13.851)</b>	<b>113.530</b>	<b>117.277</b>

	2020			2019	
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo (i)	Depreciação acumulada	Saldos líquidos	Saldos líquidos
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,3%	789	(25)	764	688
Máquinas e equipamentos (i)	4,0%	122.988	(8.597)	114.391	114.221
<b>Imobilizado em serviço</b>		<b>123.777</b>	<b>(8.622)</b>	<b>115.155</b>	<b>114.909</b>
Imobilizado em curso		-	-	-	632
<b>Bens vinculados às concessões e autorizações</b>		<b>123.777</b>	<b>(8.622)</b>	<b>115.155</b>	<b>115.541</b>
Direito de uso de terreno arrendado	3,3%	2.292	(169)	2.122	2.156
<b>Total</b>		<b>126.069</b>	<b>(8.791)</b>	<b>117.277</b>	<b>117.697</b>

(i) Inclui os custos de desmontagem, remoção e restauração no montante de R\$4.226 (R\$4.036) líquido de amortização.

**(b) Movimentação do ativo imobilizado**

	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Provisão Desmantelamento	Adições	Transferências	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Edificações, obras civis e benfeitorias	789	-	-	-	789
Máquinas e equipamentos	122.988	-	-	50	123.038
<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>123.777</b>	-	-	<b>50</b>	<b>123.827</b>
Imobilizado em curso	-	-	1.124	(50)	1.074
<b>Bens vinculados às concessões e autorizações</b>	<b>123.777</b>	-	<b>1.124</b>	-	<b>124.901</b>
Direito de uso de terreno arrendado	2.292	-	188	-	2.480
<b>Subtotal</b>	<b>126.069</b>	-	<b>1.312</b>	-	<b>127.381</b>
Depreciação	(8.622)	-	(4.970)	-	(13.592)
Amortização arrendamento	(170)	-	(89)	-	(259)
<b>Total líquido</b>	<b>117.277</b>	-	<b>(3.747)</b>	-	<b>113.530</b>

	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Provisão Desmantelamento	Adições	Transferências	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	695	-	-	94	789
Máquinas e equipamentos	118.089	4.225	-	674	122.988
<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>118.784</b>	<b>4.225</b>	-	<b>768</b>	<b>123.777</b>
Imobilizado em curso	632	-	136	(768)	-
<b>Bens vinculados às concessões e autorizações</b>	<b>119.416</b>	<b>4.225</b>	<b>136</b>	-	<b>123.777</b>
Direito de uso de terreno arrendado	2.274	-	18	-	2.292
<b>Subtotal</b>	<b>121.690</b>	<b>4.225</b>	<b>154</b>	-	<b>126.069</b>
Depreciação	(3.875)	-	(4.747)	-	(8.622)
Amortização arrendamento	(118)	-	(52)	-	(170)
<b>Total líquido</b>	<b>117.697</b>	<b>4.225</b>	<b>(4.645)</b>	-	<b>117.277</b>

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

## 8 FORNECEDORES

Os saldos de fornecedores no montante de R\$256 em 31 de dezembro de 2021 (R\$305, em 31 de dezembro de 2020), referem-se, principalmente, a valores a pagar aos fornecedores de equipamentos de manutenção e preservação e conservação do parque solar.

## 9 CONTAS A PAGAR COM PARTES RELACIONADAS (PASSIVO DE ARRENDAMENTO)

	2021	2020
Circulante	27	23
Não circulante	2.384	2.225
<b>Total</b>	<b>2.411</b>	<b>2.248</b>

Contrato de arrendamento de terreno do Complexo Solar Ouroeste com sua controladora AES Brasil Operações S.A. O montante sublocado foi reconhecido no passivo circulante e não circulante, conforme detalhado nas notas explicativas nº 9.1.

### 9.1 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno com sua controladora AES Brasil Operações S.A, no montante de R\$2.384 (R\$2.422 em 31 de dezembro de 2020). O terreno foi arrendado pelo prazo remanescente do contrato principal, com vigência até novembro de 2045. A Companhia reconhece o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhece um custo de amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A taxa de desconto utilizada é de 10,08% a.a. Além disso, foram considerados spread bancário, prazo dos contratos de arrendamentos, garantias oferecidas e projeção de inflação média de 3,95% a.a.

Para definição dos contratos a serem avaliados, a Companhia considerou os contratos de arrendamento com duração igual ou superior a 12 meses e contratos de arrendamento de arrendamento de valor relevante.

A movimentação do passivo de arrendamento, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Passivo de arrendamento	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.220</b>
Adição	18
Encargos financeiros	247
Pagamento de principal	(21)
Pagamento de juros	(216)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.248</b>
Adição	188
Encargos financeiros	223
Pagamento de principal	(25)
Pagamento de juros	(223)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.411</b>

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento é como segue:

## BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fluxo futuro	
<b>CIRCULANTE</b>	
2022	27
<b>Subtotal</b>	<b>27</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	
2023	30
2024	33
2025	36
2026	40
Após 2026	2.245
<b>Total</b>	<b>2.411</b>

### 10 OUTRAS OBRIGAÇÕES

O saldo de outras obrigações no montante de R\$780 em 31 de dezembro de 2021 (R\$0, em 31 de dezembro de 2020), contempla principalmente, a provisão de penalidade vinculada ao não cumprimento de prazo perante entrega dos ativos de Subestação à Transmissora Local. A contrapartida foi contabilizada no resultado na rubrica de Outras receitas (despesas) operacionais.

### 11 TRIBUTOS DIFERIDOS

A Companhia é optante no regime de tributação pelo lucro presumido, cabe destacar que a Companhia optou pela tributação com base no regime de caixa, de modo que apenas os valores efetivamente recebidos pela consecução de suas atividades são submetidos à tributação.

Nesse contexto, existem duas hipóteses que ensejam a constituição de impostos diferidos, são elas: (i) o saldo referente ao ressarcimento de energia, conforme as regras determinadas nos leilões de LER e LEN nas quais as SPEs de Boa Hora se enquadram. Nessa modalidade de leilão, o efeito caixa é percebido independentemente da quantidade de energia produzida e vendida no mês, sendo essa diferença ressarcida apenas no ano seguinte. Sobre tais diferenças, pode ser constituído imposto diferido ativo ou passivo; e, (ii) o saldo referente às notas fiscais não faturadas, pois embora o efeito dessa receita seja reconhecido no resultado pelo regime de competência, o efeito caixa ainda não ocorreu. Isto é, como é provável que o efeito caixa venha a ser percebido nas competências seguintes, o valor do imposto diferido passivo é reconhecido no momento da escrituração dessa receita no resultado.

	2021	2020
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:</b>		
<b>Tributos passivos:</b>		
Ressarcimento de energia	70	59
Lucro presumido (não faturado)	52	46
Lucro presumido (MCP a receber)	-	51
<b>Passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>122</b>	<b>156</b>
<b>Pis e cofins diferidos referem-se a:</b>		
<b>Tributos passivos:</b>		
Ressarcimento de energia	83	70
Lucro presumido (não faturado)	61	55
Lucro presumido (MCP a receber)	-	60
<b>Passivo de pis e cofins diferidos</b>	<b>144</b>	<b>185</b>
<b>Total passivo diferido</b>	<b>266</b>	<b>341</b>

## 12 PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO

Refere-se à provisão para desmobilização em contrapartida ao imobilizado, correspondente à expectativa de desembolso futuro para desmantelamento, demolição e todos os demais gastos associados à retirada de serviço de ativos de longo prazo do Complexo Solares Boa Hora. A provisão para desmantelamento foi efetuada com base na estimativa desses custos através de uma consultoria externa. Em 31 de dezembro de 2021 o valor registrado na contabilidade é de R\$4.301 (R\$4.226 em 31 de dezembro de 2020).

## 13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A seguir está apresentada a composição acionária em milhares de ações:

	2021		2020	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
AES Brasil Operações S.A.	11.553.845	100	11.553.845	100
<b>Total</b>	<b>11.553.845</b>	<b>100</b>	<b>11.553.845</b>	<b>100</b>

O capital social autorizado é de R\$115.538 (R\$115.538 em 31 de dezembro de 2020), em ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$0,01 (um centavo de real) cada.

### 13.1 DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 2% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	10.449	10.393
Constituição de reserva legal (5%)	(522)	(519)
<b>Base para pagamento de dividendos</b>	<b>9.927</b>	<b>9.874</b>
<b>Destinação:</b>		
Dividendos mínimos obrigatórios	2.482	199
Dividendos adicionais propostos	5.251	9.008
Dividendos intermediários	2.194	-
Reserva de lucros	-	667
<b>Total destinado</b>	<b>9.927</b>	<b>9.874</b>

## BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 12.2 RESERVA LEGAL

Em 31 de dezembro de 2021, de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia constituiu uma reserva legal de R\$ 522 (R\$519 em 31 de dezembro de 2020), através da transferência de 5% do lucro líquido anual, apurado nos seus livros societários. Foram preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social.

A reserva legal poderá ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

### 12.3 RESERVA DE LUCROS

Em 31 de dezembro de 2021, A Companhia possui uma reserva de lucros de R\$ 7.058 (R\$ 10.293 em 31 de dezembro de 2020). Sobre este valor, cabe a deliberação da Assembleia Geral ou pelo órgão competente para a deliberação, podendo ser utilizado para investimentos ou mesmo para distribuição de dividendos adicionais.

### 12.4 DIVIDENDOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS E INTERMEDIÁRIOS 2021

A Diretoria aprovou em 10 de novembro de 2021, proposta de pagamento de dividendos intermediários e dividendos mínimos obrigatórios sobre a expectativa do lucro líquido do exercício de 2021, no valor R\$4.676, sendo este valor composto por R\$2.482 de dividendos mínimos obrigatórios e R\$2.194 de dividendos intermediários. O pagamento foi realizado em 10 de novembro de 2021.

## 14 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

---

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

#### (a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

#### (b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

#### (c) Leilão de Energia de Reserva (LER)

A receita da Companhia é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

## BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	2021		2020	
	MWh	R\$	MWh	R\$
Suprimento de energia elétrica	46.804	18.463	42.996	15.328
Ressarcimento de energia	585	231	8.176	2.915
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>47.389</b>	<b>18.694</b>	<b>51.172</b>	<b>18.243</b>
(-) PIS e COFINS	-	(684)	-	(779)
<b>Total</b>	<b>47.389</b>	<b>18.010</b>	<b>51.172</b>	<b>17.464</b>

## 15 CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2021	2020
<b>Custo de produção e operação de energia</b>		
Encargos de transmissão	(667)	(527)
Taxa de fiscalização - ANEEL	(81)	(98)
Outros custos operacionais	(1.223)	(1.651)
Depreciação e amortização	(4.970)	(4.818)
<b>Total</b>	<b>(6.941)</b>	<b>(7.094)</b>

## 16 GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2021	2020
Depreciação e amortização	(107)	-
Serviços de terceiros	(99)	(161)
<b>Total</b>	<b>(206)</b>	<b>(161)</b>

## 17 RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	584	178
Atualização SPOT (i)	128	296
<b>Total</b>	<b>712</b>	<b>474</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre passivos de arrendamento (ii)	(223)	(247)
Outras despesas financeiras	(93)	(14)
<b>Total</b>	<b>(316)</b>	<b>(261)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>396</b>	<b>213</b>

- (i) Atualização monetária das contas a receber no mercado de curto prazo.
- (ii) Para maiores detalhes sobre a natureza desses juros sobre passivos de arrendamento, vide nota explicativa nº 9.

## 18 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2021	2020	2021	2020
Receita operacional tributável	18.694	15.265	18.694	15.265
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%
Lucro presumido	1.496	1.221	2.243	1.832
Receitas financeiras	712	178	712	178
Outros ajustes	(112)	389	(133)	734
Base de cálculo	2.096	1.788	2.822	2.744
Alíquota efetiva	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(314)	(268)	(254)	(247)
Adicional (10%)	(210)	(179)	-	-
IRPJ e CSLL corrente e diferido	<b>(524)</b>	<b>(447)</b>	<b>(254)</b>	<b>(247)</b>
Alíquota efetiva	35,0%	31,9%	11,3%	12,3%

## 19 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

### 19.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Mensuração do valor justo	2021		2020		Categoria	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>	<b>Notas</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	4	69	69	69	69	Custo amortizado	
Investimentos de curto prazo	4	Nível 2	15.872	15.872	13.488	13.488	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	5		1.685	1.685	3.161	3.161	Custo amortizado
<b>Total</b>			<b>17.626</b>	<b>17.626</b>	<b>16.718</b>	<b>16.718</b>	
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>							
Fornecedores	8		283	283	285	285	Custo amortizado
Dividendos a pagar			-	-	197	197	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	9		2.384	2.384	2.268	2.268	Custo amortizado
<b>Total</b>			<b>2.667</b>	<b>2.667</b>	<b>2.750</b>	<b>2.750</b>	

## BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs), as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

A mensuração dos instrumentos financeiros, demonstrada na nota acima está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado. Considera-se Nível 2 quando se utiliza outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observados.

- Nível 1 – Preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos.
- Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observados.
- Nível 3- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

### 19.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

#### (a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia conta com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e Compliance.

#### Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A diretoria de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a serem seguidos pela Companhia no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

É de responsabilidade do Conselho de Administração avaliar e deliberar sobre as questões de Gestão de Riscos estratégicos, incluindo aprovar e avaliar política e modelo de Gestão de Riscos.

A Diretoria exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos.

Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos estratégico, financeiro, compliance, tecnologia, operacional, mercado, legal, regulatório, ambiental e crédito.

A Diretoria também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas.

#### Controles Internos

## BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A área de Controles Internos, que se reporta à Gerência de Controladoria, tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão dos processos e implementação de controles que mitiguem riscos e assim garantir a exatidão das demonstrações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e/ou políticas internas.

### **Auditoria Interna**

A controladora da Companhia conta também com uma Gerência de Auditoria Interna atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados, enquanto o terceiro avalia os controles de segurança da informação, todos em conformidade com a lei norte-americana Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

A controladora da Companhia realiza anualmente uma auto avaliação de seu ambiente de controle com o objetivo de validar a efetividade dos controles-chave implementados para mitigar o risco de erros significativos nas demonstrações financeiras da Companhia. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação, definindo prazos e responsabilidades. O resultado desta avaliação e o status dos planos de ação são periodicamente comunicados à Administração da Companhia, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho Fiscal. O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado de avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as informações contidas nas demonstrações financeiras e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades encontradas são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis dos processos, revisados pela área de Controles Internos, caso possuam impacto nas demonstrações financeiras, e sua implementação é devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos, se aplicável, e de Auditoria Interna. O plano de auditoria é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e os resultados das auditorias comunicados ao Comitê de Auditoria.

### **Ética e Compliance**

A Companhia está comprometida em manter os mais altos padrões éticos e legais em todas as suas transações comerciais. Para tanto, potenciais parceiros de negócios são submetidos a um processo de análise e aprovação interna da Companhia, conduzido pela área de Ética e Compliance da Diretoria Jurídica, cujo principal objetivo é “conhecer” os seus parceiros e avaliar os riscos trazidos pelas transações a serem analisadas.

A Companhia disponibiliza diversos meios para que qualquer pessoa possa reportar suspeitas de violações do Guia de Valores (Código de Conduta), Leis ou Políticas da empresa, tais como: o Departamento de Ética e Compliance da AES, por meio de seus membros ou por e-mail, assim como por meio do AES Helpline, através da página na internet ou telefone. O AES Helpline está disponível 24 horas por dia / 7 dias por semana. Denúncias ao AES Helpline podem ser feitas anonimamente.

A Companhia ainda conta com uma Política de Não Retaliação contra aqueles que de boa-fé trouxerem ao conhecimento da empresa qualquer situação de não conformidade ou suspeita de violação de assuntos de Ética e Compliance.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e com base na conclusão do processo investigativo, medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - serão tomadas tempestivamente. Se houver um eventual impacto material nas demonstrações contábeis, os dados gerados pelo processo investigativo serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo alta Administração e Conselho de Administração, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

### (b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

#### Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	69	69
Investimentos de curto prazo	15.872	13.488
Contas a receber de clientes	1.685	3.161
Outras contas a receber	-	665
<b>Total</b>	<b>17.626</b>	<b>17.383</b>

### (b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia controla suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

## BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

### (c) Outros riscos considerados relevantes

#### (c.1) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade. Por fim, vale destacar que eventuais alterações à legislação tributária não produzem efeitos imediatos, de modo que a Companhia não deve ser impactada no mesmo instante em que forem promovidas.

## 20 COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui o seguinte compromisso contratual relevante não reconhecido nas demonstrações contábeis:

Posição em 31 de dezembro de 2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025	TOTAL	2020
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (TUST e TUSD)	884	884	884	884	22.474	26.010	18.324
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	76	76	76	76	1.933	2.237	686
Modernização e manutenção	-	-	-	-	-	-	195
<b>Total</b>	<b>960</b>	<b>960</b>	<b>960</b>	<b>960</b>	<b>24.407</b>	<b>28.247</b>	<b>19.205</b>

## 21 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia foram as seguintes:

	2021	2020
Provisão para desmantelamento	-	4.646
Direitos de uso do terreno arrendado	188	18
<b>Total</b>	<b>188</b>	<b>4.664</b>